



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

PUBLIC POLICIES FOR BASIC EDUCATION: A LITERATURE REVIEW

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Nandria Scherer, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, Email: scherernandria@gmail.com

Luis Carlos Zucatto, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, Email: luis.zucatto@ufsm.br

Karine Cecília Finatto Begnini, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, Email:
karine.begnini@acad.ufsm.br

Rafaela Butzke Geloch, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, Email: rafaela.geloch@acad.ufsm.br

Resumo

Este artigo apresenta discussões de políticas públicas educacionais e, neste sentido, o estudo analisa produções científicas acerca de políticas públicas voltadas à educação básica brasileira, a partir de 1996. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, realizada por meio do levantamento bibliográfico de artigos publicados na *Web of Science* (base de dados SciELO *Citation Index*) e *Spell* no mês de julho de 2021, utilizando como descritores “Políticas Públicas” e “Educação Básica”. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, para sistematizar o desenvolvimento da revisão de literatura, foram selecionados 47 artigos. A análise dos dados observou a orientação de Bardin (2016), quanto à análise de conteúdo, com categorização *à posteriori*. Como resultados, identificou-se nos estudos a predominância de três categorias: I) Permanência e inclusão de alunos na educação básica; II) Qualificação e carreira docente na educação básica e III) Avaliação da educação básica. Como principal contribuição teórica, identificou-se as áreas que se concentram os estudos, de modo que se salientou a importância das políticas públicas educacionais, e a necessidade contínua de aperfeiçoamento e qualificação da educação básica no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Básica; Política Educacional.

ABSTRACT

This article presents discussions of educational public policies and, in this sense, the study analyzes scientific productions about public policies aimed at Brazilian basic education, from 1996 onwards. articles published in the *Web of Science* (SciELO *Citation Index* database) and *Spell* in July 2021, using “Public Policy” and “Basic Education” as descriptors. After applying the inclusion and exclusion criteria, to systematize the development of the literature review, 47 articles were selected. Data analysis observed the guidance of Bardin (2016), regarding content analysis, with posterior categorization. As a result, the predominance of three categories was identified in the studies: I) Permanence and inclusion of students in basic education; II) Qualification and teaching career in basic education and III) Evaluation of basic education. As the main theoretical contribution, the areas in which the studies are concentrated were identified, so that the importance of public educational policies was highlighted, and the continuous need for improvement and qualification of basic education in Brazil.

Keywords: Public Policy; Basic Education; Educational Politics.

1. INTRODUÇÃO

Superar problemas educacionais, atingir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade são desafios de nível mundial, como estabelecido na Agenda 2030, que apresenta os objetivos e metas a serem alcançados entre 2016-2030, os quais almejam atingir o desenvolvimento sustentável global (Onu, 2015). Por outro lado, o processo educacional é desafiador, complexo e base para o desenvolvimento de uma nação. No Brasil, a educação, é um direito social, garantido na Constituição Federal de 1988 e regulamentada, por meio da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as alterações e atualizações a esta Lei são constantes e buscam aprimorar o modelo educacional brasileiro.

E, no que concerne ao desempenho dos estudantes brasileiros, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cujo estudo foi divulgado em 2018, por meio do *Programme for International Student Assessment (PISA)*, constatou-se que a nota geral do Brasil, nas áreas avaliadas está entre as mais baixas dos 79 países avaliados, ou seja, alunos da educação básica, no Brasil, demonstraram baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências (Inep, 2019). Ainda, o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2020), evidencia que a educação brasileira pública passou por transformações nas últimas décadas, mas necessita de melhorias, tendo como principal desafio a qualidade do ensino ofertado, uma vez que o desempenho constatado na última avaliação internacional de desempenho escolar do Pisa, em 2018, verificou que apenas 9% dos concluintes do Ensino Médio possuem conhecimento adequado em matemática e 29% em língua portuguesa. O monitoramento da qualidade do sistema educacional é importante para definir e direcionar as políticas públicas educacionais no âmbito nacional.

O estudo de Soares, Soares & Santos (2021), por meio de uma revisão de literatura evidenciou que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), como um conjunto de avaliações externas em larga escala, e um modelo de avaliação nacional em constante transformação, pode oferecer subsídios para o acompanhamento da efetividade das políticas públicas educacionais adotadas e qualificar os sistemas de ensino no Brasil. Por sua vez, Silva & Nunes (2020) destacam que as políticas públicas voltadas para a Educação Básica buscam proporcionar condições e estratégias adequadas para estimular e promover a formação humana. Salienta-se que o processo educacional é influenciado pela evolução da sociedade, e é parte constituinte das políticas públicas.

Este contexto enseja o objetivo deste estudo que é o de mapear e analisar a produção científica acerca de políticas públicas voltadas à educação básica brasileira. A escolha do objeto de pesquisa, se justifica pela relevância da educação como temática transversal, associada ao âmbito social. Além disso, analisar a produção do conhecimento, permite identificar teóricos da área, compreender o processo evolutivo das políticas públicas na área e pode contribuir no direcionamento de futuros estudos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

As políticas públicas, de modo geral, podem ser entendidas como a ação do governo. Nesta perspectiva, Bachrach & Baratz (1962) e Dye (1984), argumentam que políticas públicas são definidas como aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer. Para Matias-Pereira (2012, p. 33) as políticas públicas são “[...] ações públicas assumidas pelos governos, instituições públicas estatais com ou sem participação da sociedade que concretizam direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos em lei”. Ainda nesta linha de pensamento, conforme Souza (2006) e Moro (2017), entende-se que as políticas públicas são concebidas para solucionar problemas sociais contemplados na agenda dos governos. E, uma vez surgidas

na esfera do Estado, as políticas públicas, são estratificadas em programas, projetos, ações que, antes, durante e após sua implementação precisam ser avaliadas, submetidas a sistemas de monitoramento para análise crítica quanto aos objetivos e respectivos resultados.

No âmbito educacional, o Estado também exerce o poder de definições estratégicas e, quando ligadas à educação, as políticas públicas buscam fornecer condições e métodos adequados para promover a formação humana (Saviani, 2008; Santos, 2012; Silva & Nunes, 2020). Machado & Falsarella (2020) destacam que as transformações na administração pública brasileira, a partir de 1990, fundamentadas na Constituição Federal (1988) e seguindo as tendências neoliberais, vislumbraram modernizar a gestão pública, aperfeiçoar a governança, garantir transparência e eficácia; sendo a educação escolar um dos alicerces para o desenvolvimento da sociedade. A Lei nº 9.394/96, com base na CF/1988, regulamenta o sistema educacional brasileiro e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a qual valoriza os profissionais da educação, estabelece o dever da União, dos estados e dos municípios com a educação pública, enfatiza as necessidades que o poder público tem o dever de assegurar.

Considerando a amplitude do sistema educacional e a complexidade de desenvolver políticas públicas neste âmbito, a legislação classifica a educação escolar brasileira, por meio de dois níveis hierárquicos: a educação básica constituída por três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e a educação superior que é o nível subsequente que abrange cursos sequenciais, graduação, pós-graduação e extensão (Brasil, 1996). Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, buscando articular os esforços nacionais, a fim de melhorar a qualidade, ampliar o acesso ao ensino e os investimentos na educação. O PNE enfatiza, a importância de estabelecer uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (Brasil, 2014). Ao longo do tempo, a LDBEN foi significativamente alterada por forças de leis e, dentre as atualizações, está o estabelecimento da BNCC sendo um documento de caráter normativo, elaborado à luz das DCNs, para cada etapa e modalidade da Educação Básica, e especifica as habilidades essenciais esperadas ao longo do processo de ensino aprendizagem (Mec, 2021).

A legislação educacional brasileira é regulamentada pelo Estado, e nota-se que as leis e normativas desenvolvidas almejam regulamentar o acesso e estabelecer critérios de qualidade à educação. Este direito fundamental se configura como base no desenvolvimento da cidadania, amplia o crescimento econômico e participação democrática (Ibge Educa, 2021). Neste sentido, implantou-se a partir de 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a fim de mensurar a qualidade da educação. Soares, Soares & Santos (2021), por meio de uma revisão de literatura, constataram a importância de compreender os fatores que influenciam e impactam na construção de indicadores educacionais, a fim de propor melhorias e monitorar as políticas públicas educacionais praticadas no país.

Acessar e usufruir educação de qualidade é fundamental para ampliar a democracia e desenvolver a cidadania da população. Os resultados sociais são potencializados quando o Estado planeja investimentos, estratégias e políticas públicas educacionais, com vistas a erradicar o analfabetismo, universalizar o ensino, reduzir a criminalidade, a desigualdade social, econômica e regional. As políticas públicas voltadas para a educação relacionam-se com o desenvolvimento social, e nota-se a importância da continuidade das políticas adotadas, de modo que perpassam diferentes gestões de governo (Dias & Pinto, 2019). Neste sentido, é pertinente analisar estudos que contemplam as políticas públicas no contexto educacional.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo busca atingir os objetivos propostos a partir da análise bibliométrica como suporte à revisão sistemática de literatura. As revisões sistemáticas de literatura, como a bibliometria, são metodologias estatísticas e matemáticas que buscam mensurar processos de informações, identificar as principais correntes teóricas e os instrumentos metodológicos utilizados em pesquisas anteriores. Tal metodologia, auxilia na sistematização de estudos desenvolvidos em determinado campo do saber e permite delinear problemas de pesquisa para estudos futuros (Chueke & Amatucci, 2015; Melo Ribeiro, 2017).

Okoli (2015), propôs um guia sistemático para o desenvolvimento da revisão de literatura, que contempla o planejamento, seleção, extração e execução para o desenvolvimento da revisão de literatura. Os pressupostos metodológicos propostos pelo autor, iniciam pelo planejamento da pesquisa, neste sentido, este estudo busca identificar as tendências teóricas da produção científica sobre políticas públicas desenvolvidas na educação básica brasileira. A fim de abarcar o escopo do estudo, o protocolo da pesquisa foi definido, contemplando a seleção, a extração e a execução do método. A análise bibliométrica da literatura foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, das produções científicas publicadas nas plataformas virtuais *Web of Science* (base de dados *SciELO Citation Index*) através do acesso CAPES via CAFE e *Spell* por meio do acesso público. As bases de dados escolhidas, fornecem literatura acadêmica publicadas em periódicos nacionais de significativa relevância nas áreas de ciências, ciências sociais, artes, humanas e administração pública (Spell, 2021; Web Of Science, 2021).

Na etapa de extração dos dados, definiu-se como descritores a associação de duas palavras-chave, “Políticas Públicas” e “Educação Básica”, combinadas entre si com conector booleano para garantir a ampla busca de estudos e palavras contidas no tópico/resumo. A extração parcial ocorreu em julho de 2021 e foram encontradas 107 produções relacionadas à temática pesquisada. Na sequência, foram aplicados critérios para a seleção dos documentos, sendo eles: recorte temporal, considerando que a Lei a qual estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi publicada em 1996, então optou-se por publicações do período de 1996 a 2020; quanto ao tipo de documento utilizou-se artigos e o filtro para estudos realizados no Brasil.

Após aplicação dos filtros nas bases pesquisadas, restaram 84 artigos na *Web of Science* (base de dados *SciELO Citation Index*) e permaneceram 6 artigos na *Spell*, totalizando 90 produções. Posteriormente, a fim de avaliar os atributos dos artigos para contribuir com a pesquisa, foram definidos critérios de inclusão como: analisar políticas públicas direcionadas para a educação básica brasileira; estudo e análise de políticas públicas já implementadas. Também definiu-se como critérios: não estar relacionado com políticas públicas; não analisar o contexto brasileiro; não analisar políticas públicas direcionadas para a educação básica; foco em novas propostas de políticas públicas. A partir do resumo dos artigos, foram excluídos aqueles que não atenderam aos critérios e não corresponderam ao objetivo do estudo, restando, portanto 47 artigos, sendo 42 produções na base *Web of Science* e 5 produções na *Spell*, os quais abordaram a temática pesquisada.

Para fins de organização, registro e armazenamento dos dados, criou-se uma planilha no *software Microsoft Excel®* na qual tabularam-se as seguintes informações de cada artigo: título, autor(es), ano, periódico publicado e resumo. Já, para analisar os dados observou-se a orientação de Bardin (2016), quanto à Análise de Conteúdo, com Categorias Analíticas definidas *à posteriori*. Como os artigos que compuseram o *corpus* de análise foram lidos na íntegra e à medida que eram lidos identificavam-se aproximações de abordagens, o que

permitiu agrupamentos de artigos semelhantes. Desse modo, três categorias foram identificadas, a saber: a) Permanência e inclusão de alunos na educação básica; b) Qualificação e carreira docente na educação básica; e, c) Avaliação da educação básica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando o recorte temporal da pesquisa, que foi de 1996 a 2020, cuja amostra atendeu aos critérios do presente estudo, porém não foram identificados trabalhos entre 1996 a 2002. Os primeiros estudos contemplados na amostra analisada foram publicados em 2003 (4,26%) e tal fenômeno pode ser explicado considerando-se que a LDBEN foi promulgada no final de 1996 e alguns anos após a implementação notaram-se os resultados e desenvolveram-se estudos relacionados à temática. Além disso, se faz *mister* destacar que a base de dados da *Web of Science* (base de dados SciELO *Citation Index*) disponibiliza pesquisas apenas a partir de 2002. Em relação ao número de publicações no período analisado, observou-se que o ano de 2019 contempla 7 estudos (14,89%) e o ano de 2014 com 6 estudos (12,77%). Ainda, percebe-se a oscilação do quantitativo de publicações ao longo do tempo, a qual distribui com certo equilíbrio as pesquisas sobre políticas públicas direcionadas à área da educação básica. E, a fim de identificar os periódicos que apresentaram produções científicas sobre a temática, desenvolveu-se o Gráfico 1.

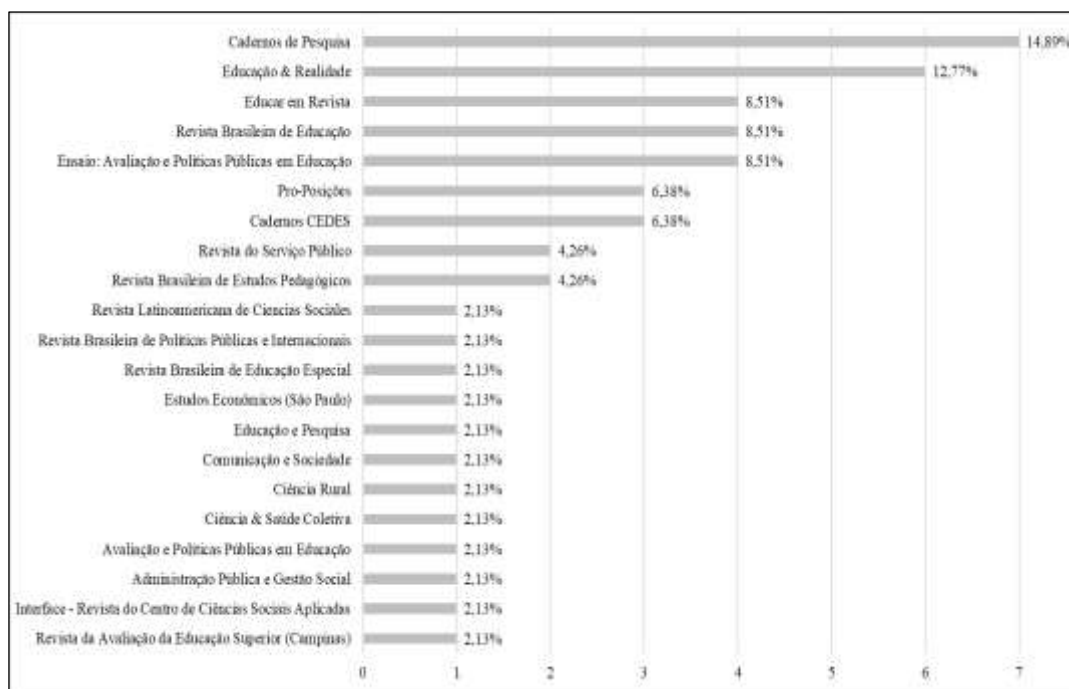


Gráfico 1 – Quantidade de publicações por periódico

O gráfico 1 demonstra o número de artigos que foram publicados em cada um dos 21 periódicos diferentes. Considerando-se as bases de dados pesquisadas e a amostra de artigos obtida, observa-se que o periódico que mais publicou sobre políticas públicas direcionadas à educação básica, é a revista Cadernos de Pesquisa com 7 publicações (14,89%), a qual tem como um dos objetivos divulgar a produção acadêmica sobre educação (SciELO, 2021a). Com escopo editorial semelhante ao da Cadernos de Pesquisa, o periódico Educação e Realidade, que concentra 6 (12,77% das publicações), prioriza a divulgação da produção científica na área da educação (SciELO, 2021b). Ambos os periódicos são consolidados e possuem publicações de impacto significativo para a área educacional.

E, como mencionado na seção dos Procedimentos Metodológicos, a categorização resultou em três grupos de acordo com as características de cada estudo, esse método, permitiu análise e avaliação estruturada das pesquisas desenvolvidas na área de políticas públicas voltada para a educação básica. No Gráfico 2 se apresenta a classificação e os quantitativos obtidos em cada categoria.

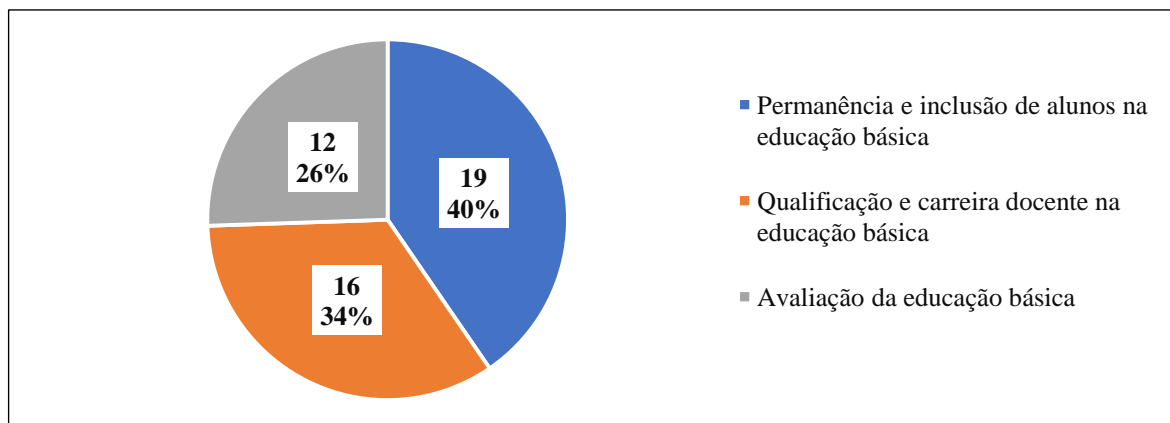


Gráfico 2 – Agrupamentos de artigos semelhantes

A categoria com maior percentual refere-se à permanência e inclusão de alunos na educação, reflete a relevância da temática no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas educacionais, direcionadas para a integração escolar dos alunos na educação básica. As categorias e artigos são analisados nas seções seguintes.

No Quadro 1 se apresenta o portfólio de documentos contemplados nesta pesquisa. Em ordem cronológica crescente apresenta-se: autores, ano de publicação, títulos dos artigos e a categoria definida neste estudo. Observa-se, ainda, que as letras que identificam as categorias remetem àquelas da ordem pelas qual estão elencadas as categorias de análise mencionadas nos Procedimentos Metodológicos.

Autor e ano de publicação	Título do Artigo	Categoria
Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto (2003)	A educação infantil no contexto das políticas públicas	a
Sandra M. Zákia L. Sousa (2003)	Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar	c
Leda Scheibe (2004)	O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990	b
Carlos Roberto Jamil Cury (2005)	Políticas inclusivas e compensatórias no ensino fundamental	a
Claudia Vianna; Sandra Unbehaum (2006)	Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil	a
Luiz Carlos Gil Esteves (2007)	O FUNDEF no estado do Rio de Janeiro: a óptica dos perdedores	b
Fátima Alves (2008)	Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras	c
Maria Inês de Matos Coelho (2008)	Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios	c
Paulo Sena (2008)	A legislação do Fundeb	b
Leonardo Milhomem de Rezende; Paulo de Martino Jannuzzi (2008)	Monitoramento do plano de desenvolvimento da educação: proposta de aprimoramento do Ideb e de painel de indicadores	c
Marília Fonseca (2009)	Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social	c
Luciene Aparecida da Silva; Nelson Luiz dos Santos Garcia; Adriana Célia da Silva Bicalho	Avaliações sistêmicas da educação básica: instrumento de gestão pública da qualidade do ensino e mecanismo de controle social	c

(2010)		
Magna França; Maria Aparecida dos Santos Ferreira (2010)	O conselho nacional de educação e as diretrizes para a carreira do magistério público da educação básica.	b
Paulo Sérgio Marchelli (2010)	Expansão e qualidade da educação básica no Brasil	c
Flávia Obino Corrêa Werle (2011)	Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino	c
Leda Scheibe (2011)	O conselho técnico-científico da educação básica da capes e a formação docente	b
Denise Meyrelles de Jesus; Alexandro Braga Vieira (2011)	Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais	a
Ângela Carrancho da Silva (2011)	Educação e tecnologia: entre o discurso e a prática	a
Vera Lúcia Alves de Brito (2013)	O plano nacional de educação e o ingresso dos profissionais do magistério da educação básica	b
Albaneide Maria Lima Peixinho (2013)	A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional	a
Janete Bridon; Adair de Aguiar Neitzel (2014)	Competências leitoras no Saeb: qualidade da leitura na educação básica	c
Valdinei Costa Souza (2014)	Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade	b
Ademilson de Sousa Soares (2014)	A formação do professor da Educação Básica entre políticas públicas e pesquisas educacionais: uma experiência no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais	b
Alessandro de Melo; Camila Grassi Mendes de Faria; Luciani Wolf; Rafael Gomes Cavalcante (2014)	Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: O projeto de educação básica da Confederação Nacional da Indústria	a
Andreia Couto Ribeiro; Wellington Ferreira de Jesus (2014)	A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica	a
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi; Silvio Cesar Nunes Militão; Andréia Nunes Militão; Fábio Perboni; Regina Célia Ramos; Vanda Moreira Machado Lima; Yoshie Ussami Ferrari Leite (2014)	Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família	a
Mary Ângela Teixeira Brandalise (2015)	Avaliação institucional na escola pública: os (des)caminhos de uma política educacional	c
Daniela Finco (2015)	Gender equality in brazilian early childhood educational institutions	b
Clarissa Haas; Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves (2015)	Em tempos de democratização do direito à educação: como têm se delineado as políticas de acesso à eja aos estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul?	a
Márcia Aparecida Jacomini; Marieta Gouvêa de Oliveira Penna (2016)	Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional	b
Edgard Patrício (2016)	O rádio educativo na percepção de professores da educação básica – O caso rádio escolar do Programa Mais Educação	a
Paula Cabral; Samira de Moraes Maia Vigano (2017)	Políticas Públicas em Educação para Formação de Professores na EJA	b
Salete de Fátima Noro Cordeiro (2017)	Jornada Ampliada e Cultura Digital: cotidiano e espaços-tempos do educar	a
Marco Antonio Bettine de Almeida; Livia Pizauro Sanchez (2017)	Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social	a
Valéria Meroski Alvarenga; Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva (2018)	Formação Docente em Arte: percurso e expectativas a partir da lei 13.278/16	b

Denise Meyrelles de Jesus; Sônia Aparecida Alvarenga Vieira; Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane; Alexandro Braga Vieira (2018)	Um olhar comparado sobre políticas de inclusão nas escolas de educação básica em Cariacica (ES)	a
Priscila Gomes Dornelles; Ileana Wenez (2019)	Uma análise generificada sobre projeto gênero e diversidade na escola	b
Erineusa Maria da Silva; Eliza Bartolozzi Ferreira (2019)	Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola	b
Hosana Larissa Guimarães Oliveira; Augusto César Rios Leiro (2019)	Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco	b
Roberta Rodrigues Salvini; Raquel Pereira Pontes; Cristiana Tristão Rodrigues; Maria Micheliana da Costa Silva (2019)	Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial	a
Katia de Fatima Vilela; Alair Ferreira de Freitas; Rodney Alves Barbosa; Rafael Junior dos Santos Figueiredo Salgado (2019)	Implementation of the national school nourishment program in the Brazilian Federal institution of Education of Bahia State	a
Ieda Pertuzatti; Ivo Dickmann (2019)	Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	a
Fabiana Teixeira Marcelino; Shilton Roque dos Santos; Márcio Adriano de Azevedo; Lenina Lopes Soares Silva (2019)	Estado-Avaliador e a Reforma do Ensino Médio no Brasil: Influências e Confluências	c
Rafael Ângelo Bunhi Pinto; Waldemar Mrques; Leo Victorino da Silva (2020)	O Programa Nacional de Formação de Professores - PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados	b
Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo; Guilherme da Franca Couto Fernandes de Almeida (2020)	Uma estratégia regulatória local para a educação básica no Rio de Janeiro	c
Matheus Monteiro Nascimento; Cláudio Cavalcanti; Fernanda Ostermann (2020)	Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais	a
Aline Cristina de Lima Dantas (2020)	Significados históricos da educação de jovens e políticas públicas de integração da educação profissional com a escolarização: diálogos entre Brasil e França	a

Quadro 1 – Portfólio de documentos que compuseram a amostra estudada.

Uma vez apresentada a amostra estudada, se passa à discussão de cada uma das categorias de análise propostas.

4.1 Permanência e Inclusão de Alunos na Educação Básica

Composta por 19 documentos, 40,43% da amostra, esta categoria trata da situação atual da educação básica no país. Nesta perspectiva, autores como Barreto (2003), Pertuzatti & Dickmann (2019), Cury (2005), Silva (2011) e Cordeiro (2017), destacam que o tema é bastante complexo e é preciso evoluir muito para que seja possível melhorar a situação da educação infantil brasileira. Ainda no que tange à educação básica, Melo et al. (2014) ressalta a necessidade da educação ser maleável para o desenvolvimento de competências e habilidades, para que seja possível a formação continuada dos indivíduos.

Em seu estudo, Nascimento, Cavalcanti & Ostermann (2020), analisam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no âmbito da criação dos institutos federais de educação, comparando-os com o ensino médio tradicional e os impactos dessa política

pública. Entre as conclusões de maior relevância está a de que desde a instituição dessa política pública, os institutos federais refletem um significativo componente na sociedade, onde, por exemplo, os alunos provenientes de institutos federais possuem notas muito semelhantes aos alunos de escolas privadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além disso, esse desempenho positivo dos alunos pode estar associado à formação capacitada e ao incentivo às condições de trabalho adequadas dos profissionais da educação.

Por sua vez, Dantas (2020), em seu artigo com o tema a respeito da formação integrada profissional juntamente com o crescimento da educação, através de política estratégica, para jovens e adultos, proporciona uma troca de experiências com a formação já solidificada na França, comparado ao cenário nacional brasileiro. As evidências permitiram inferir que o desenvolvimento profissional de jovens e adultos está relacionado com o progresso social e econômico, demonstrando a dualidade da educação e seu relacionamento irregular com as classes sociais. Ainda sobre políticas públicas direcionadas para a integração escolar, principalmente no que tange ao ingresso do Atendimento Educacional Especializado, Salvini et al. (2019) e Jesus et al. (2018), retratam que apesar de existir uma mobilização com o objetivo de proporcionar acesso à educação para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, o acesso desses alunos ao Atendimento Educacional Especializado é limitado, gerando o que se chama de defasagem educacional (Jesus & Vieira, 2011, Haas & Gonçalves, 2015).

Almeida & Sanchez (2017) tiveram como premissa investigar a complexidade na execução da Lei 10.639/2003 que constitui a determinação do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas disciplinas da educação básica brasileira, como principais evidências constataram que existem diversas políticas públicas de educação que são favoráveis a essa lei, porém, a dificuldade de sua execução condiz com problemas do alicerce do sistema de educação do país e em sua origem ideológica racista. Patrício (2016) analisou o entendimento de profissionais da educação da rede pública de ensino de Fortaleza, no que se refere ao rádio educativo e ao sentido que eles exercem no progresso das atividades curriculares. Trazendo como contribuição que existe baixa participação dos educadores na prática da rádio escolar, haja vista, que possuem um entendimento de educação direcionado para a alfabetização e possuem dificuldades em aproximar a rádio da sala de aula.

Ribeiro & Jesus (2014) analisaram a posição da aplicação de valores do poder público federal no que tange aos programas de transporte de alunos, condicionados pelo governo federal com foco no atendimento da educação básica. E, a partir dessa pesquisa exploratória e documental identificou-se que o aumento da utilização de recursos financeiros na política de transporte de alunos, em benefício aos municípios, afeta positivamente a vida dos discentes da educação básica. Peixinho (2013) e Vilela et al. (2019), analisaram outra categoria de investimento, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), concluindo que, apesar do aumento dos alunos atendidos e dos repasses orçamentários, existe a dificuldade na utilização dos recursos de forma adequada.

Vianna & Unbehaum (2006) tiveram como foco de estudo a inserção do aspecto do gênero na educação infantil e no ensino fundamental no que se refere ao período de 1998 a 2002. Assim, por meio da análise do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNE) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), identificaram que as políticas não são efetivadas de forma adequada pelo Estado, apesar desses documentos serem fontes fidedignas de referência para a evolução das políticas públicas de educação no país. Uma vez analisados estudos que abordam a categoria de análise “permanência e inclusão de alunos na educação básica”, os artigos com o tema de políticas públicas de permanência e inclusão de alunos na educação básica, apresentam discussões e resultados de diferentes

perspectivas, sobretudo, os autores ressaltam falhas no planejamento e utilização dos recursos para o incentivo no desenvolvimento da qualidade da educação básica no país.

4.2 Qualificação e Carreira Docente na Educação Básica

No processo de amostragem, esse grupo resultou em 16 artigos, representando 34,04% do total. A partir da avaliação dos artigos selecionados, pode-se identificar a importância da valorização dos profissionais da educação básica, por meio da formação continuada, condição de trabalho adequada e plano de carreira que satisfaça as necessidades profissionais (Cabral & Viganò, 2017; França & Ferreira, 2009; Jacomini & Penna, 2016; Scheibe, 2011; Soares, 2014; Scheibe, 2004). Nesse sentido, Alvarenga & Silva (2018) retratam a Lei nº 13.278 de 2016, a qual promove a obrigatoriedade na educação básica, por meio de formação específica, a música, dança, teatro e artes visuais. O estudo conclui que embora exista um aumento da licenciatura em arte, ela não é suficiente para suprir o déficit na educação, sendo necessária a abertura de novos cursos, aumento das vagas já existentes e maior investimento no Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor).

O Parfor, também foi o objeto de estudo de Pinto, Marques & Silva (2020), que consideram a implementação deste, contribuindo para o atendimento das políticas públicas. Essa contribuição se daria na formação de docentes na educação básica, firmando uma contribuição em benefício à população proveniente da parceria entre Universidade Comunitária de Sorocaba-SP e o serviço público. Constata-se a discrepância entre a urgência de capacitação de profissionais da educação e a disposição de vagas pelo programa, da mesma forma que existe o obstáculo dos profissionais em formação permanecerem em seus cursos (Souza, 2014; Oliveira & Leiro, 2019). Além do mais, a qualificação docente inclui aperfeiçoamento que fomentam um ensino e aprendizagem cada vez mais inclusivo. Como exemplo, se tem o Projeto Gênero e Diversidade na Escola, um projeto direcionado para políticas públicas que tratam o assunto de gênero e diversidade nas instituições de ensino (Finco, 2015; Dornelles & Wenzel, 2019; Silva & Ferreira, 2019).

No que diz respeito ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização de Profissionais da Educação – Fundeb e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério – Fundef, Sena (2008) e Esteves (2007), fizeram uma análise comparativa entre os fundos e enfatizam como pontos positivos a ampliação do debate a propósito do financiamento da educação, a importância da vinculação de recursos para diversos segmentos educacionais, a necessidade de participação da sociedade no controle das verbas, a importância das prestações de contas se tornarem públicas e transparentes e a valorização dos profissionais da educação. Como pontos negativos destacam: aplicação dos recursos de forma imprecisa, falta de organização a partir dos custos, inclusão das matrículas privadas da educação especial e das creches de forma permanente, para além de um prazo de transição, gargalo no ensino médio, predomínio de análises oficiais parciais, desvio de recursos que eram originalmente destinados para municípios pobres para municípios com melhores condições e, principalmente, o descaso no âmbito de políticas públicas na educação das escolas fora dos centros urbanos.

Em outro viés, Brito (2013) pesquisa sobre a Meta 18 do Plano Nacional de Educação, como é a atual situação de ingressos temporários, por meio de concurso público, de profissionais da educação em diferentes estados do país, no que se refere ao período de 2011 a 2020. Pela pesquisa conclui-se que nos estados estudados, o ingresso dos profissionais da educação no setor público é efetivado de forma exclusiva por meio de concurso público e que, também, existe a contratação de professores em caráter temporário para suprir lacunas no lugar da realização de concurso público. Por fim, é possível observar que no que se refere aos artigos

selecionados com o tema Políticas Públicas voltadas para a qualificação e carreira docente na educação básica, em sua maioria, são recorrentes os argumentos sobre a carência na valorização profissional dos docentes, os quais podem ser valorizados por meio de políticas públicas que forneçam condições de trabalho adequadas, incentivo à formação continuada e salário compatível com a função.

4.3 Avaliação da Educação Básica

Este conjunto é composto por 12 estudos, representa 25,53% dos artigos analisados e tem como principal característica discussões acerca do histórico e dos instrumentos de avaliação da Educação Básica brasileira, temática que tem se destacado nas políticas educacionais no país, a partir da década de 1990. Constata-se que, com o passar do tempo, as transformações intrínsecas da sociedade influenciaram os sistemas de avaliação e alteraram o status de Estado executor para um Estado avaliador/regulador, com políticas públicas educativas voltadas para o mercado, transformando a avaliação da aprendizagem e ampliando a avaliação para práticas que avaliam o aluno e o sistema educacional em larga escala (Souza, 2003; Brandalise, 2015).

Werle (2011), apresenta a trajetória histórica das experiências de avaliação em larga escala na Educação Básica Brasileira, reformulações guiadas pelo Ministério da Educação (MEC) que culminaram nos processos de avaliação aplicados atualmente. Entre as avaliações e indicadores mais citadas nos estudos, destacam-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os resultados dos processos avaliativos podem subsidiar a tomada de decisão dos gestores, melhorando ou descontinuando políticas e programas que não atendam os objetivos propostos (Brandalise, 2015). Neste contexto, Rezende e Januzzi (2008) consideram o IDEB uma proposta inovadora, que auxilia na tomada de decisões das políticas públicas nacionais e permite maior transparência às ações do governo. Estes autores destacam, ainda, que o IDEB foi elaborado no Brasil, contempla a realidade nacional e tornou-se um relevante instrumento para o desenvolvimento da educação. Regazzo & Almeida (2020), sugerem melhorias ao IDEB e defendem o aprimoramento deste índice para embasar o direcionamento das políticas públicas.

Contrários a esta análise, autores da amostra deste estudo, criticam fortemente o método de avaliações em larga escala, ao ponderar que esta metodologia desconsidera as singularidades, especificidades da realidade local e preocupa-se em atingir metas (Silva, Garcia & Bicalho, 2010; Bridon & Neitzel, 2014; Marcelino, 2019). Considera-se que a qualidade passou a ser legitimada por meio da competitividade e das colocações em ranking das avaliações externas, desvalorizando a avaliação da aprendizagem (Fonseca, 2009; Marcelino, 2019). As críticas às metodologias estatísticas de avaliação fomentam a importância de uma cultura que compartilhe a responsabilidade e gestão democrática, superando a descontinuidade de políticas pelos agentes públicos e a mera divulgação dos resultados a sociedade (Coelho, 2008; Marchelli, 2010; Brandalise, 2015).

Marchelli (2010) destaca que os resultados das avaliações educacionais indicam o acúmulo significativo de déficits de aprendizagem na educação básica brasileira e atribui esse cenário à falta de estrutura para incluir estudantes, a ausência de incentivos aos docentes e políticas públicas de curto prazo. Ficou evidente que as políticas voltadas para a avaliação da educação básica, apesar de vislumbrar melhoria na qualidade da educação, são amplamente criticadas. Alves (2008) destaca que melhorar a educação é um desafio que transcende aos métodos avaliativos e exige mudanças profundas das políticas públicas. Ademais, nota-se a escassez de estudos que discutem novas possibilidades para avaliar e dimensionar efetivamente a qualidade da educação básica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas educacionais buscam regulamentar, proporcionar condições e métodos adequados para assegurar e fomentar a formação humana. Neste sentido, a educação básica constitui-se como a base escolar no que corresponde ao ensino e aprendizagem. Nesta perspectiva, esta pesquisa objetivou analisar as produções científicas acerca de políticas públicas voltadas à educação básica brasileira, no período de 1996 a 2020.

No campo de estudos da Administração Pública, este estudo possibilitou, por meio de técnicas bibliométricas, associadas à revisão sistemática de literatura, identificar a distribuição das produções científicas por ano, mapear os periódicos que concentram as publicações e apresentar a classificação dos estudos em três categorias: a) Permanência e inclusão de alunos na educação básica; b) Qualificação e carreira docente na educação básica; e, c) Avaliação da educação básica.

Neste sentido, o mapeamento das políticas educacionais retratadas e o agrupamento dos artigos com abordagens semelhantes, configura-se como uma importante contribuição teórica, ao identificar as diferentes áreas que concentram os estudos. Além disso, facilita a análise por parte dos leitores, e apresenta perspectivas de agendas para futuras pesquisas no campo da Administração Pública. Ainda, para pesquisas futuras recomenda-se um estudo bibliométrico que contemple fontes de pesquisas localizadas em outras bases de dados, uma vez que esta temática não pode ser julgada esgotada, com novas possibilidades perspectivas e análises.

Entende-se, também, que essa categorização sugere aos gestores públicos aspectos aos quais devam dedicar atenção na formulação de políticas públicas para a Educação Básica. Ademais, essas categorias também possibilitam a sistematização de propostas para a avaliação dessas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. A. B. d. & Sanchez, L. P. (2017). Implementação da Lei 10.639/2003 - competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. *Pro-Posições*, [S.L.], v. 28, n. 1, pp. 55-80, abr. 2017. (available at <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0141>).
- Alvarenga, V. M. & Silva, M. C. d. R. F. (2018). Formação Docente em Arte: percurso e expectativas a partir da Lei 13.278/16. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, pp. 1009-1030. <https://doi.org/10.1590/2175-623674153>
- Alves, F. (2008). Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, p. 413-440. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000200008>
- Anuário Brasileiro da Educação Básica. (2020). https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/456.pdf?1969753478/=&utm_source=content&utm_medium=site-todos
- Bachrach, P. & Baratz, M. S. (1962) Two Faces of Power, *American Science Review*, v. 56, n. 4, pp. 947-952. 1962. <https://doi.org/10.2307/1952796>
- Bardin, L. (2016) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, A. M. R. F. (2003) A educação infantil no contexto das políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, [S.L.], n. 24, pp. 53-65. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300005>
- Brandalise, M. Â. T. (2015) Avaliação institucional na escola pública: os (des) caminhos de uma política educacional. *Educar em Revista*, pp. 55-74. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.41446>

- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. (1988). (available at http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm
- Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Brasil. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. (2010). Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf
- Bridon, J. & Neitzel, A. d. A. (2014). Competências leitoras no Saeb: qualidade da leitura na educação básica. *Educação & Realidade*, v. 39, pp. 437-462.
- Brito, V. L. A. D. (2013). O plano nacional de educação e o ingresso dos profissionais do magistério da educação básica. *Educação & Sociedade, Campinas*, v. 34, n. 125, pp. 1251-1267. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000400012>
- Cabral, P. & Vigano, S. d. M. M. (2017). Políticas Públicas em Educação para Formação de Professores na EJA. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPI*, [S.L.], v. 2, n. 1, pp. 201-220. <https://dx.doi.org/10.18468/estcien.2017v7n2.p21-31>
- Chueke, G. V. & Amatucci, M. (2015). O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. *Internext*, v. 10, n. 2, pp. 1-5. (available at <https://doi.org/10.18568/1980-4865.1021-5>).
- Coelho, M. I. d. M. (2008). Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil. *Ensaio: Avaliação e políticas públicas em Educação*, v. 16, n. 59. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000200005>
- Cordeiro, S. d. F. N. (2017). Jornada Ampliada e Cultura Digital: cotidiano e espaços-tempos do educar. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, pp. 1123-1142. <https://doi.org/10.1590/2175-623660644>
- Cury, C. R. J. (2005). Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, [S.L.], v. 35, n. 124, pp. 11-32. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100002>
- Dantas, A. C. d. L. (2020). Sentidos históricos da educação de jovens e adultos e políticas públicas de integração da educação profissional com escolarização: diálogos entre Brasil e França. *Revista Brasileira de Educação*, [S.L.], v. 25, pp. 1-21. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250041>
- Dias, É. & Pinto, F. C. F. (2019) Ensaio: val. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701041>
- Dornelles, P. G. & Wenzel, I. (2019). Uma análise generificada sobre projeto gênero e diversidade na escola. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 173, pp. 226-243. <https://doi.org/10.1590/198053146074>
- Dye, T. D. (1984). *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Esteves, L. C. G. (2007). O FUNDEF no estado do Rio de Janeiro: a óptica dos perdedores. *Revista Brasileira de Educação*, [S.L.], v. 12, n. 35, p. 212-231. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000200003>
- Finco, D. (2015) Gender equality in brazilian early childhood educational institutions. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 85-96. <https://doi.org/10.11600/1692715x.1313250214>
- Fonseca, M. (2009). Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. *Cadernos Cedes*, v. 29, pp. 153-177. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200002>
- França M. & Ferreira, M. A. d. S. (2010). O conselho nacional de educação e as diretrizes para a carreira do magistério público da educação básica. *Interface*. Natal, v. 7, n. 1, pp. 69-82.

- Giorgi, C. A. G. et al. (2014). Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, pp. 1027-1056. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000400008>
- Haas, C. & Gonçalves, T. G. G. L.(2015). Em tempos de democratização do direito à educação: como têm se delineado as políticas de acesso à eja aos estudantes com deficiência no rio grande do sul? *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 21, n. 4, pp. 443-458, dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000400008>
- IBGE Educa. *Educação*. (2021). <https://educa.ibge.gov.br/> (29 jun. 2021).
- Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil*. (2019). http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206 (04 jul. 2021).
- Jacomini, M. A. & Penna, M. G. d. O. (2016). Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. *Pro-Posições*, Salvador, v. 27, n. 2, pp. 177-202. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0022>
- Jesus, D. M. D. et al. (2018). Um olhar comparado sobre políticas de inclusão nas escolas de educação básica em Cariacica (ES). *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 38, n. 106, pp. 315-333. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622018197631>
- Jesus, D. M. d. & Vieira, A. B. (2011). Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, pp. 95-108. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300007>
- Machado, E. N. C. & Falsarella, A. M. (2020). Nova gestão pública, educação e gestão escolar. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, pp. 372-389. <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13255>
- Marchelli, P. S. (2010). Expansão e qualidade da educação básica no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, pp. 561-585. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200013>
- Marcelino, F. T. et al. (2019). Estado-avaliador e a reforma do Ensino Médio no Brasil: influências e confluências. *Enap*. <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5389> (20 jul. 2021).
- Matias-Pereira, J. (2012). Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. Enap. *São Paulo: Atlas*. <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=42957> (25 jul. 2021).
- Mec, Ministério Da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2021. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (04 jul. 2021).
- Mec, Ministério Da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. 2013. ISBN: 978-857783-136-4. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 (04 jul. 2021).
- Melo, A. de et al. (2014). Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: o projeto de educação básica da confederação nacional da indústria. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 34, n. 94, p. 333-348. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000300004>
- Melo Ribeiro, H. C. (2017). Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. *Biblios*, n. 69, pp. 1-20. <http://dx.doi.org/10.5195/biblios.2017.393>
- Moro, Catarina. (2017). Avaliação de contexto e políticas públicas para a educação infantil. *Laplage Em Revista*, v. 3, n. 1, pp.44-56. <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201731236p.44-56>

- Nascimento, M. M.; Cavalcanti, C. & Ostermann, F. (2020). Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 101, n. 257, pp. 120-145, jan./abr. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.101i257.4420>
- Onu. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf> (28 de jul. 2021).
- Okoli, C. A (2015) guide to conducting a standalone systematic literature review. *Communications of the Association for Information Systems*, v. 37, n. 1, p. 43.
- Oliveira, H. L. G. & Leiro, A. C. R. (2019). Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco. *Pro-Posições*, Campinas, v. 30, pp. 1-26, abr. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0086>.
- Patrício, E. (2016). O rádio educativo na percepção de professores da educação básica – O caso rádio escolar do Programa Mais Educação. *Comunicação e Sociedade*, [S.L.], v. 30, pp. 405-420. [https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2505](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2505).
- Peixinho, A. M. L. (2013). A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & saúde coletiva*. v. 18, pp. 909-916. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>.
- Pertuzatti, I. & Dickmann, I. (2019). Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, pp. 777-795. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701479>.
- Pinto, R. Â. B.; MarqueS, W. & Silva, L. V. d. (2020). O Programa Nacional de Formação de Professores - PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 25, n. 3, pp. 769-790. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000300013>.
- Ragazzo, C. E. J. & Almeida, G. d. F. C. F. (2020). Uma Estratégia Regulatória Local para a Educação Básica no Rio de Janeiro. *Educação & Realidade*, v. 45. <https://doi.org/10.1590/2175-623693964>.
- Rezende, L. M. de & Jannuzzi, P. d. M. (2008). Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação: proposta de aprimoramento do Ideb e de painel de indicadores. *Revista do Serviço Público*, v. 59, n. 2, pp. 121-150. <https://doi.org/10.21874/rsp.v59i2.143>.
- Ribeiro, A. C. & Jesus, W. F. d. (2014). A evolução dos recursos federais nos programas de transporte escolar: impactos na educação básica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 241, pp. 696-710. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/319411943>.
- Santos, P. S. M. B. (2012). *Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Salvini, R. R. et al. (2019). Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, São Paulo, v. 49, n. 3, pp. 539-568. <https://doi.org/10.1590/0101-41614934rrcm>.
- Saviani, D. (2008). Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, p. 7-16.
- Scheibe, L. (2011) O conselho técnico-científico da educação básica da capes e a formação docente. *Cadernos de Pesquisa*, Curitiba, v. 41, n. 144, pp. 812-825. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300009>.
- Scheibe, L. (2004). O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990. *Educar*, Curitiba, n. 24, pp. 177-193. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.355>.
- Scielo. 2021a. <https://www.scielo.br/j/cp/> (07 ago. 2021).

- Scielo. 2021b. <https://www.scielo.br/j/edreal/> (07 ago. 2021).
- Sena, P. A (2008). Legislação do Fundeb. *Cadernos de Pesquisa*, [S.L.], v. 38, n. 134, pp. 319-340. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000200004>.
- Silva, L. A. d.; Garcia, N. L. d. S. & Bicalho, A. C. d. S. (2010). Avaliações sistêmicas da educação básica: instrumento de gestão pública da qualidade do ensino e mecanismo de controle social. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 2, n. 4, p. 362-376.
- Silva, Â. C. d. (2011). Educação e tecnologia: entre o discurso e a prática. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, pp. 527-554. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000400005>
- Silva, E. M. d. & Ferreira, E. B. (2019). Os movimentos das professoras da educação básica na constituição das políticas de gênero na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 45, pp. 1-18. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945200235>.
- Silva, J. M. N. d. & Nunes, V. G. C. (2020). Formação continuada docente: uma análise a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução CNE-CP 2/2015). *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, pp. e353985150-e353985150. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5150>.
- Soares, A. d. S. (2014). A formação do professor da Educação Básica entre políticas públicas e pesquisas educacionais: uma experiência no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, pp. 443-464. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000200008>.
- Soares, T. E. A.; SOARES, D. J. M. & SANTOS, W. D. (2021). Sistema de Avaliação da Educação Básica: revisão sistemática da literatura. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, e07839. <https://doi.org/10.18222/ea.v32.7839>.
- Sousa, S. M. Z. L. (2003). Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, pp. 175-190. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000200009>
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, pp.20-45. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- Souza, V. C. (2014). Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade. *Revista Brasileira de Educação*, Brasília, v. 19, n. 58, pp. 629-653. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000800006>
- Spell, Scientific Periodicals Electronic Library. <http://www.spell.org.br/sobre/caracteristicas> (27 de jul. 2021).
- Vianna, C. & Unbehaum, S. (2006). Gênero na educação básica: quem se importa? uma análise de documentos de políticas públicas no brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 95, pp. 407-428. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000200005>
- Vilela, K. d. F. et al. (2019). Implementation of the national school nourishment program in the Brazilian Federal institution of Education of Bahia State. *Ciência Rural*, [S.L.], v. 49, n. 9, pp. 1-11. <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20190105>.
- Web Of Science, Clarivate Analytics. https://apps-webofknowledge.ez47.periodicos.capes.gov.br/WOS_GeneralSearch_input.do?product=WOS&search_mode=GeneralSearch (27 de jul. 2021).
- Werle, F. O. C. (2011). Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. *Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação*, v. 19, pp. 769-792. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000500003>